

EMPREGO E INFLAÇÃO

O desemprego e a resistência da inflação de serviços

Chico Santos, para *Conjuntura Econômica*, do Rio de Janeiro

No começo de outubro de 2016, José Márcio Camargo, economista-chefe da Opus Gestão de Recursos e professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), pediu que houvesse um pouco de paciência com a taxa de juros básica, naquele momento em estratosféricos 14,25% desde julho de 2015: que a inflação dos serviços, segmento do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) mais resistente ao remédio indigesto da política monetária, iria ceder nos meses seguintes, abrindo espaço para uma queda mais consistente do índice geral, e da Selic como consequência.

De fato, a inflação dos serviços acumulada em 12 meses caiu de 8,1% em fevereiro de 2016 para 6,1% em fevereiro deste ano, se aproximando dos 5,2% de fevereiro de 2007, segundo dados da economista Sílvia Matos, coordenadora técnica do Boletim Macro da FGV/IBRE. Em fevereiro de 2007 o IPCA rodava a 2,91% ao ano, contra 10,84% em fevereiro do ano passado e 4,76% no segundo mês deste ano.

Coincidentemente, no dia 19 do mesmo outubro em que Camargo fez sua previsão, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) reduziu pela primeira vez a Selic após 15 meses, desde julho de 2015, estacionada no topo de uma curva ascendente que começou a se formar no dia 14 de abril de 2013, quando o Copom elevou a taxa de 7,25% para 7,50%. Em outubro de 2016 a redução foi também de 0,25 ponto percentual, para 14%.

As comemorações do IPCA de 4,76% nos 12 meses encerrados em fevereiro deste ano tiveram como pano de fundo pelo menos duas consequências trágicas do esforço feito pela autoridade monetária no período, ainda que com o objetivo declarado de evitar o mal maior do descontrole dos preços. O país mergulhou em uma recessão sem precedentes, acumulando em 2015 e 2016 uma queda de 7,43% no Produto Interno Bruto (PIB) medido pelo IBGE, uma tragédia que não se pode ainda



afirmar com total convicção que ficou para trás. E a taxa de desemprego saltou de civilizados 6,5% em dezembro de 2014 para catastróficos 12,6% em janeiro deste ano, consubstanciada em 12,9 milhões de pessoas que queriam trabalhar e não encontravam vagas.

Camargo admite que a escalada do desemprego pode ainda não ter chegado ao fim, apesar de o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho ter apresentado em fevereiro um salto positivo de 35.612 empregos formais após 22 meses consecutivos no vermelho, só esperando algum sinal de reversão nos números do segundo trimestre da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) que deverão ser divulgados pelo IBGE a partir de maio. O Caged de fevereiro, que mereceu uma inédita divulgação do próprio presidente da República, Michel Temer, foi alavancado justamente pelo saldo de 50.613 vagas do setor de serviços, cujo peso no PIB brasileiro já alcança 73%.

Qual o fenômeno por trás de tamanha resistência dos preços dos ser-

A inflação dos serviços acumulada em 12 meses caiu de 8,1% em fevereiro de 2016 para 6,1% em fevereiro deste ano, se aproximando dos 5,2% de fevereiro de 2007

viços ao tratamento monetário? Não é uma unanimidade, mas Camargo, Silvia Matos, coordenadora técnica do Boletim Macro IBRE, Fernando de Holanda Barbosa Filho, pesquisador da FGV/IBRE e outros estudiosos afinados com o pensamento econômico clássico veem no episódio uma manifestação clara da inflexibilidade da legislação trabalhista brasileira ao não oferecer alternativa

juridicamente confortável para que, em situações de crise de demanda, a empresa possa reduzir de forma negociada os salários nominais.

Sem alternativa diante da queda nas vendas e na receita, o empresário apela para o ajuste via demissões que lhe permitirá, se a carga de trabalho assim o exigir, contratar outros profissionais a um custo menor em um mercado largamente ofertado sem o risco de tropeçar na legislação trabalhista.

O fenômeno é particularmente presente no setor de serviços, destaca Camargo, da PUC, porque eles representam a maior parte da cesta de consumo dos brasileiros e não têm alternativa de terem seus preços regulados via recurso ao mercado externo. Escolas, saúde, restaurantes, cinema e academias de ginástica são ofertados e consumidos no mesmo local. Daí ser mais difícil e demorado fazer com que seus preços se adaptem às circunstâncias, ou seja, à lei da oferta e da demanda que se faz muito mais facilmente valer entre os produtos agrícolas e industriais.

Queda da renda ficou longe do aumento do desemprego

Taxa de desemprego e renda real



Fonte: FGV/IBRE com dados do IBGE.

CONJUNTURA EMPREGO E INFLAÇÃO

Ocupação estabiliza, desocupação dispara

Evolução do número de ocupados e de desocupados com 14 anos ou mais e variação anual

	População ocupada (mil)	Variação anual (%)	População desocupada (mil)	Variação (%)
2012	89.497	-	7.110	-
2013	90.764	1,4	6.969	-1,8
2014	92.112	1,5	6.747	-3,2
2015	92.142	0,0	8.585	27,3
2016	90.304	-1,9	11.760	37,0

Fonte: IBGE/Pnad Contínua.

“Você resolve na quantidade, ou troca o salário de demissão, mais alto, pelo de admissão, mais barato”, explica Camargo, ressaltando que se trata de um processo lento e demorado, daí porque seus modelos de acompanhamento da relação entre a Selic e o mercado de trabalho vinham, segundo ele, apontando já no começo de 2016 que, para trazer a inflação para a casa dos 4% ao ano, o desemprego chegaria a 13% ou 14% com a Selic mantida em patamar elevado antes de começar o processo de redução.

O professor da PUC-Rio avalia que em um primeiro momento, com a redução da Selic já em curso, a relação entre salário e desemprego vai estabilizar, ou seja, a progressiva retomada da atividade estimulada pelo menor custo do dinheiro exigirá menos cortes para compatibilizar os gastos em pessoal com a produção. Em um momento posterior, que ele estima ser a partir do terceiro trimestre deste ano, a taxa começaria a cair.

De acordo com Camargo, todo esse comportamento do mercado de trabalho está diretamente ligado à legisla-

ção trabalhista do país, aglutinada na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Como está hoje configurada, a legislação trabalhista não permite redução do salário nominal, a não ser pela rota do acordo coletivo.

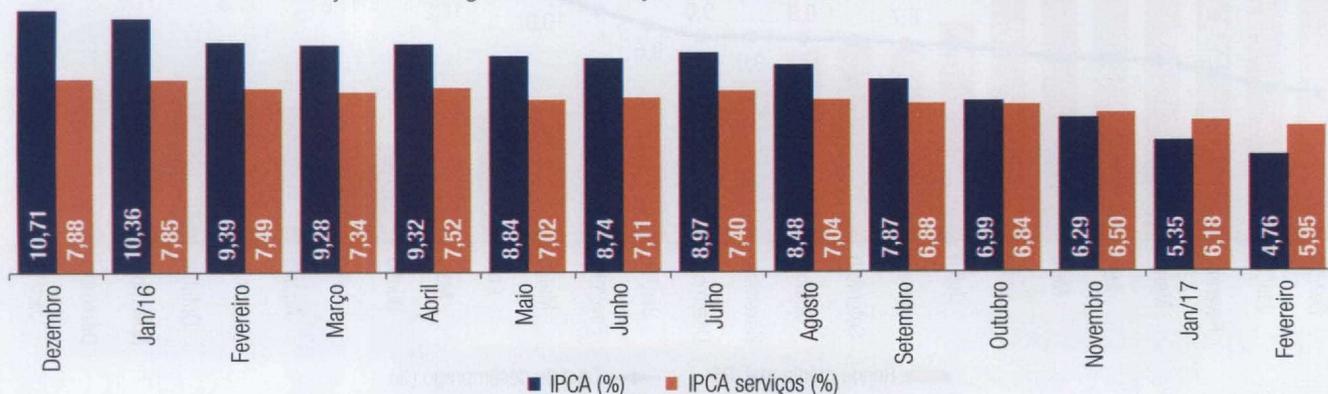
Não havendo esse acordo, o trabalhador recorre unilateralmente à Justiça do Trabalho que, tradicionalmente, concede reajustes com base na inflação passada, o que, com a inflação presente em queda por pressão da taxa de juros, gera aumento real de salários para aqueles que não perderam seus empregos.

E, sabendo disso, as empresas acabam fazendo acordos em bases semelhantes, evitando endurecer demais porque sabem que se assim fizerem o trabalhador vai recorrer à Justiça do Trabalho e ganhar o que deseja. Uma forma de resolver esse problema, sugere Camargo, seria estabelecer que o recurso ao Judiciário só pode acontecer em comum acordo das duas partes, estimulando a busca exaustiva de uma solução negociada.

Na crise atual, com a queda da inflação dos serviços finalmente dando sua contribuição para a queda geral dos preços, à custa dos sacrifícios já

Inflação dos serviços mostra mais resistência que a geral

Variação do IPCA geral e dos serviços acumulada em 12 meses, mês a mês



Fonte: IBGE.

apontados, o economista da Opus Gestão de Recursos concorda com aqueles que consideram que a Selic real (descontada a inflação) está muito alta e com “espaço substancial para redução”.

O problema, segundo sua avaliação, é saber se o BC produzirá uma queda aguda da Selic, *undershooting* na linguagem dos economistas, ou se vai parar o ciclo de baixa no momento em que ela seja suficiente para que o país tenha uma taxa de juros real neutra, ou seja, que não pressione a inflação e nem outras variáveis macroeconômicas, como a taxa de câmbio. Neste ponto, Camargo atenta para outra perplexidade da gestão macroeconômica brasileira: “Qual é essa taxa de juros neutra?”.

Salário mínimo e benefícios

Os economistas Sílvia Matos e Bruno Ottoni, pesquisador da FGV/IBRE, garimpam novos detalhes dentro de um raciocínio que não diverge do ponto de vista levantado por Camar-

Emprego formal cresce antes da crise e retrocede fortemente depois

Evolução anual do emprego formal e do informal no setor privado, em números absolutos e variação

	Empregados formais (mil)	Variação (%)	Empregados informais (mil)	Variação (%)
2012	34.308	-	11.084	-
2013	35.353	3,0	10.835	-2,2
2014	36.610	3,6	10.378	-4,2
2015	35.699	-2,5	10.081	-2,9
2016	34.293	-3,9	10.147	0,7
2016/2012 (variação %)	-	0	-	-8,4

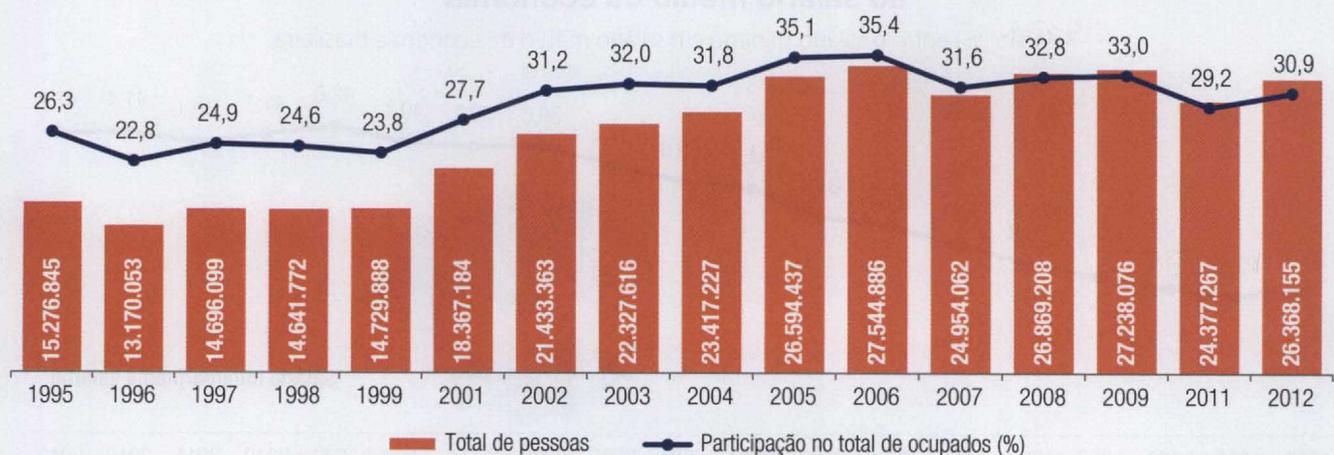
Fonte: IBGE/Pnad Continua.

go. Em primeiro lugar, a constatação de que grande parte dos serviços está relacionada com segmentos da economia intimamente relacionados com a política de salário mínimo. Entre eles estão os chamados serviços intensivos em mão de obra (Simo), como trabalho doméstico, serviços de limpeza e outros.

Uma decomposição dos itens que formam a inflação de serviços feita por eles, comparando a taxa registrada nos meses de fevereiro dos últimos anos, mostra que o item nomeado de “Simo” apresenta forte resistência a cair sendo, por exemplo, responsável por 2,1 pontos percentuais na taxa de inflação de 6,1% registrada em

Valorização elevou parcela dos que recebiam até um salário mínimo no total de ocupados

Total de pessoas e percentual dos que recebiam até um salário mínimo na população ocupada*



Fonte: Fernando de Holanda Barbosa Filho com dados da Pnad/IBGE. *Nos anos 2000 e 2010, anos do Censo Demográfico, não houve Pnad.

CONJUNTURA EMPREGO E INFLAÇÃO

fevereiro deste ano, contra 1,9 ponto nos 8,1% de fevereiro de 2016 e 1,7 ponto na inflação de serviços de 5,2% em fevereiro de 2007.

Outro item duro na queda é alimentação fora de casa, com peso de 1,6 ponto na taxa de fevereiro deste ano, embora tenha caído em relação à contribuição de 2,6 pontos para a taxa de 8,1% de fevereiro de 2016. Possivelmente por influência da realização dos Jogos Olímpicos que aconteceriam no Rio de Janeiro em agosto daquele ano, a alimentação fora de casa contribuiu mais em 2016 do que em 2015 (2,4 pontos para uma inflação dos serviços de 8,5% em fevereiro), mesmo com a economia do país ladeira abaixo tendo o PIB de 2015 encolhido 3,8%.

“Preocupa o Simo”, destacou a coordenadora do Boletim Macro da FGV/IBRE, ressaltando haver aspectos metodológicos que interferem na precisão dos números como, por exemplo, o fato de o IBGE considerar para o emprego doméstico o valor do salário mínimo e não o salário efetivamente praticado no mercado. Sílvia

ressaltou, ainda, que alguns segmentos, como educação e saúde, apresentaram contribuições relativamente contínuas para as taxas de inflação.

A economista disse também que essa característica de o preço da mão de obra estar sendo menos importante do que a quantidade de trabalhadores (emprego) é uma novidade trazida pela recessão atual. “No passado a renda despencava rapidamente”, apontou, acrescentando que a lógica atual é: “se pelo salário não dá, o ajuste terá que ser feito na oferta de vagas”.

Essa sensibilidade menor do mercado de trabalho ao ciclo econômico, segundo a análise da pesquisadora, pode ser a explicação para o fato de a inflação de serviços ter demorado tanto a cair apesar do longo aperto monetário. Ela destaca que serviços também dependem de preços administrados, como energia elétrica e combustíveis, sendo necessário analisar como eles contribuíram para esse comportamento da inflação no setor.

Otoni relaciona também a inflexibilidade da renda no setor de serviços à regra de reajuste do salário

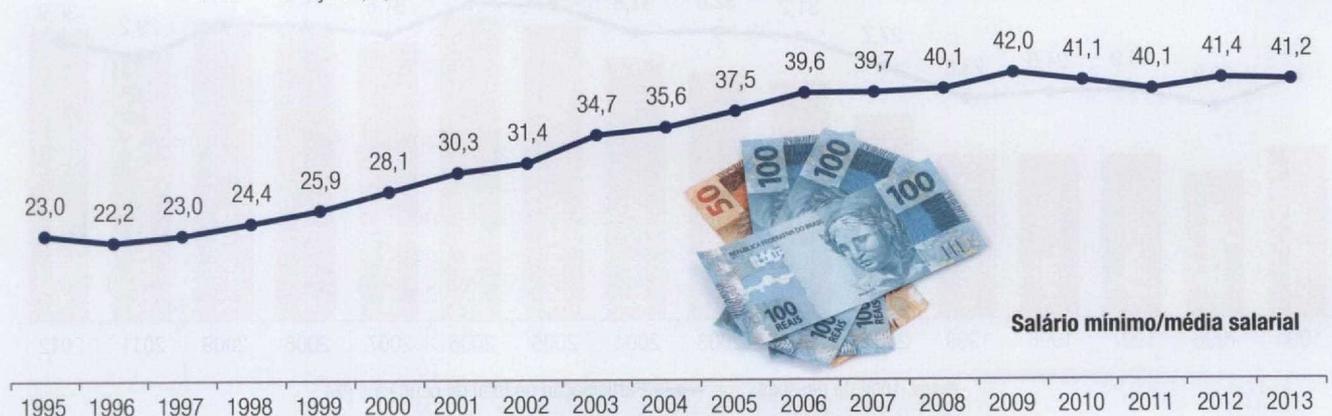
mínimo (INPC do ano anterior, pelo menos, mais crescimento do PIB de dois anos antes, se ele ocorreu) e ao fato, “positivo”, resalta, de ter havido um crescimento do emprego formal no Brasil nos anos que antecederam a crise. “Para o formalizado é mais difícil ajustar pela renda”, resalta, alinhado com os argumentos de Camargo de que o caminho de reduzir a quantidade de empregados acaba sendo a saída mais fácil.

Para ilustrar suas observações, o pesquisador conta o que ocorreu na Alemanha no começo deste século, quando o país europeu flexibilizou o seu mercado de trabalho. Segundo Otoni, lá a flexibilização serviu para ampliar a geração de empregos, a ponto de a Alemanha ter registrado em 2016 sua menor taxa de desemprego anual desde a reunificação (1990), alcançando 6,1% (chegou a 4,2% em junho), contra 6,4% em 2015 e 6,7% em 2014.

Um dos pontos importantes da flexibilização, segundo o economista, é a permissão para a jornada de trabalho reduzida, abrindo espaços para

Valorização do salário mínimo aumentou seu tamanho em relação ao salário médio da economia

Relação (%) entre o salário mínimo e o salário médio da economia brasileira



Fonte: Elaboração Fernando de Holanda Barbosa Filho.

Serviços intensivos em mão de obra (Simo) e alimentação fora de casa preocupam

Evolução da inflação de serviços nos meses de fevereiro e contribuições para o total por grupos

	Inflação serviços (%)	Alimentação fora de casa (pontos do total)	Aluguel	Profissionais*	Simo	Outros**
fev/07	5,2	1,2	0,3	1,1	1,7	0,8
fev/11	8,3	2,5	1,1	1	2,4	1,3
fev/13	8,5	2,4	1,2	1,1	2,6	1,2
fev/14	8,8	2,4	1,2	1,2	2,6	1,4
fev/15	8,5	2,4	1,1	1,1	2,4	1,4
fev/16	8,1	2,6	0,8	1,2	1,9	1,6
fev/17	6,1	1,6	0,5	1	2,1	0,8
Diferença 2007/2017 (ponto percentual)	0,9	0,4	0,2	-0,1	0,5	0,0

Fonte: FGV/IBRE com dados do IPCA/IBGE.

*Médicos, dentistas, profissionais de educação etc. **Exceto passagens aéreas.

novas formas de inserção no mercado de trabalho. Para reduzir o desemprego elevado entre os jovens, Ottoni acena com a permissão de esquemas do tipo meia-jornada, definida em lei para não haver insegurança jurídica, estabelecendo que o negociado entre as partes terá prioridade, mesmo que contrarie o que ainda esteja, eventualmente, na legislação.

Essa flexibilidade, segundo a análise de Ottoni, poderia ser um caminho para criar espaço para o eterno problema da entrada dos jovens no mercado de trabalho, especialmente nos momentos de *boom* econômico, possibilitando inclusive que esses jovens, profissionalmente formados com tecnologias mais recentes, possam contribuir para o aumento da produtividade que dê maior sustentação a esses períodos de *boom*.

Em relação ao papel da política de elevação do salário mínimo na evolução da taxa de desemprego, Fernando

de Holanda Barbosa Filho avalia que, mesmo sendo ela reconhecidamente uma fonte de elevação da renda na economia como um todo, é também possível constatar que essa elevação tem a contrapartida negativa de elevar a taxa de desemprego.

Barbosa estudou o tema no artigo “Efeitos do salário mínimo no mercado de trabalho”, publicado em 2015 no livro *Política de salário mínimo para 2015-2018: avaliações de impacto econômico e social*, editado em 2015 pelo IBRE e pela Escola de Economia de São Paulo (EESP) da FGV, que foi um dos finalistas do Prêmio Jabuti.

No artigo, o pesquisador constata, primeiramente, que a participação do salário mínimo no salário médio pago no Brasil passou de 23% em 1995 para 41,2% em 2013, enquanto em relação à mediana do salário geral a elevação foi de 50% para 67,8% no mesmo período, dei-

xando claro que não há como contestar a importância da política de valorização do mínimo em termos de renda relativa.

No campo do efeito da valorização do salário mínimo sobre o mercado de trabalho, Barbosa encontrou mais evidências, tanto internacionais como nacionais, de que os efeitos são negativos, embora modestos, com redução entre 1% a 3% do emprego para cada aumento de 10% do salário mínimo.

O pesquisador encontrou indicações de que a elevação do mínimo poderia também estar de algum modo contribuindo para elevar o contingente de pessoas, especialmente jovens, que não trabalham e nem estudam, os chamados “nem nem”, uma vez que, dado o aumento do custo do salário formal e a baixa qualificação dessas pessoas, o que as tornaria menos produtivas, elas acabariam preteridas pelas empresas na hora das contratações. 

O remédio foi exagerado

O economista Airton dos Santos, coordenador-adjunto do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), concorda com o diagnóstico de que é mais difícil baixar os preços dos serviços do que os dos produtos, uma vez que nestes é possível o controle pela via da importação, como foi feito na época do Plano Real com a manutenção do câmbio sobrevalorizado. Mas, para ele, tanto o governo da ex-presidente Dilma Rousseff como o atual, do presidente Michel Temer, perderam a mão da dosagem e do tempo em relação à taxa de juros, aprofundando a recessão em troca de um resultado muito pequeno na inflação dos serviços.

“No final de 2016 a inflação anual do país era de 6,29% e a dos serviços de quase 7% (6,87%), enquanto os juros estavam há mais de um ano em 14,25%. É certo que os preços dos serviços têm maior rigidez, mas a queda da atividade econômica foi de uma violência tremenda”, ponderou Santos, ressaltando que o número de desempregados se aproximou dos 13 milhões e a recessão em dois anos chegou perto dos 8% acumulados. “O remédio foi exagerado e ainda alavancou a dívida pública. Jogou-se fora o bebê junto com a água do banho”, criticou.

O analista do Dieese disse que a política de juros altos praticada pelo governo foi equivocada por-

que visava combater uma inflação que não era de demanda. O resultado, na sua avaliação, foi prejuízo para todo o país, exceto para o sistema bancário, “o que seria normal em uma recessão”, e para os chamados rentistas (que vivem de aplicações financeiras).

“A recessão bateu na arrecadação dos governos, criando a crise nas finanças públicas, gerou crise nas famílias com a redução dos salários e do crédito e também atingiu as empresas produtivas que enfrentaram retração do mercado e o endividamento”, disse. O economista do Dieese acrescentou que todos esses danos foram causados “com a permanência da taxa de juros mais alta do mundo para trazer

a inflação dos serviços um ponto percentual para baixo”, lembrando que no final de 2015 a alta dos preços acumulada do setor estava próxima a 8%.

Santos disse também não concordar que seja a CLT a responsável pelos problemas de desemprego e de crescimento do país. Ele disse que a CLT de hoje já foi tão modificada que representa uma “vaga lembrança” do que ela era em 1946, quando foi criada. E ressaltou que foi sob a vigência dessa mesma CLT que “o Brasil cresceu em ritmo chinês até o final da década de 1970”, ressaltando o autoritarismo vigente na segunda metade desse período.

“Então vamos desregularizar que o Brasil vai crescer novamen-

Enquanto no mercado de legumes a reação à oferta e demanda é diária, nos serviços a rigidez dos preços é bem maior



te? Não é esse o nosso problema. O que o Brasil precisa para crescer é de investimentos e para isso o setor privado precisa ter uma sinalização do governo de que a casa está arrumada, o que está difícil”, argumentou. Santos acrescentou que “não foi o salário mínimo, nem o Bolsa Família e nem o poder dos sindicatos que provocaram a recessão” e reclamou que a redução da Selic não está acompanhando nem a queda da inflação, de modo que a taxa de juros real não está caindo.

O economista disse também que o câmbio está tornando a se valorizar em um ambiente de recessão e de desemprego. “O câmbio valorizado acaba com a nossa competitividade!”, atacou, apontando um câmbio entre R\$ 3,80 e R\$ 3,90 e uma Selic em torno de 8%, além de uma redução forte nos *spreads* bancários como elementos importantes para que se possa pensar em uma retomada do crescimento.

Também o economista Denis Maracci Gimenez, diretor do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho do Departamento de Economia da **Universidade de Campinas (Unicamp)**, foi voz discordante em relação ao diagnóstico dos economistas clássicos sobre o mercado de trabalho e a inflação dos serviços.

“Na verdade o que está em curso há dois anos, desde a política do ex-ministro da Fazenda, Joaquim Levy, é um ajuste da economia que tem como centro o emprego e os salários”, afirmou. Segundo Gimenez, isso ficou claro em 2015, quando o desemprego já cresceu fortemente, e se aprofun-

Dados do Bureau of Labor Statistics (BLS) apontam que no Brasil o custo de mão de obra não é alto, comparativamente a países de renda semelhante à nossa

dou em 2016 com a mudança de governo e o número de desempregados praticamente dobrando para atingir os atuais quase 13 milhões.

O ajuste recessivo, de acordo com a avaliação do professor da **Unicamp**, “transformou as dificuldades que haviam em 2016 na maior crise da história do Brasil urbano-industrial”, descontando a de 1929 quando o país possuía uma estrutura agrário-exportadora muito diferente da atual.

Gimenez concorda que a deterioração do mercado de trabalho, ao derrubar a massa salarial, jogou os preços dos serviços para baixo, mas sustenta que esse mercado “foi mais vítima do que produto da crise”. Ele também rebate o argumento de que a inflexibilidade do mercado contribuiu para o desemprego.

“O mercado de trabalho brasileiro sempre foi muito flexível, fácil de contratar e fácil de demitir”, afirmou. De acordo com o professor da **Unicamp**, mais de um terço dos

trabalhadores do país troca de empregos todos os anos e isso é uma expressão clara da flexibilidade da legislação. Segundo a avaliação de Gimenez, o que a legislação estabelece é um piso civilizatório para o salário mínimo que ainda assim disse ser um dos mais baixos da América Latina e que no terreno das negociações o que a lei impede é que essa negociação seja utilizada para se criar uma “competitividade espúria”.

O economista afirmou também que dados do Bureau of Labor Statistics (BLS), o órgão oficial de estatísticas do trabalho dos Estados Unidos, apontam que no Brasil o custo de mão de obra não é alto, comparativamente a países de renda semelhante à nossa.

Gimenez considera que o discurso em favor da mudança na legislação trabalhista é mais ideológico do que técnico, uma vez que o histórico brasileiro é de baixos salários e alta rotatividade. Ele disse também que não enxerga no horizonte uma perspectiva de recuperação sustentável da economia, com os juros reais subindo apesar da queda da taxa nominal, o investimento parado e as famílias acoçadas pelo desemprego, baixos salários e endividamento.

O professor da **Unicamp** sustentou também que “as reformas trabalhista e previdenciária não irão gerar empregos”, acrescentando que levá-las adiante “é impor sofrimento e desproteção inócuos à população”. Na avaliação de Gimenez, estão faltando investimentos e “o empresário não irá investir porque a legislação trabalhista está mais flexível ou a Previdência está mais rígida”. (C.S.)